

Conservação da Torre de Belém: reflexões sobre uma pedagogia



V. Córias e Silva*



A Torre de Belém, após a intervenção de 1994-98.

Na sequência de recentes intervenções de limpeza de monumentos e edifícios históricos na cidade de Lisboa, houve quem pretendesse crucificar os executantes. Outras intervenções, por outros executantes, são cercadas de uma auréola de excelência inquestionável e apontadas como exemplo. É o caso da intervenção de conservação levada a cabo pelo World Monuments Fund na Torre de Belém, cujo relatório final veio a público há algum tempo. Em contraponto ao auto-proclamado valor pedagógico da intervenção, importa analisar alguns aspectos em que essa pedagogia merece, claramente, reflexão.

I. Definição do objectivo e âmbito da intervenção

Várias questões relacionadas com o objectivo e o âmbito da intervenção levada a cabo na Torre de Belém suscitam, desde logo, dúvidas importantes. Citam-se as seguintes:

A Torre e a água: tratando-se de uma intervenção de conservação exterior, compreende-se mal porque não foi feito o tratamento de nenhum dos terraços que constituem a sua cobertura. Esta observação faz tanto mais sentido, quanto é certo que em vários pontos do relatório se faz referência à presença de água no interior da construção e, concretamente, das paredes. É sabido que a água é o principal agente de deterioração das edificações, e que a melhor forma de evitar essa deterioração é impedir que a água nelas penetre. É reconhecido, logo no início, que as argamassas interiores das paredes da Torre podem ser dissolvidas pela água, comprometendo a resistência global do monumento.

Aspectos estruturais: no texto inicial, da autoria de Elena Charola, em que são apresentados os principais problemas da Torre, colocam-se, logo em primeiro lugar, os problemas estruturais. Chama-se a atenção para o facto de en-

tre 1994 e 1997 se terem notado movimentos estruturais na varanda sul. Referem-se, mais adiante, fracturas em seis colunas da arcaria. As recomendações para o plano de manutenção sublinham de novo, embora tardiamente, as preocupações de natureza estrutural.

Porquê, então, circunscrever a intervenção aos aspectos "estéticos"?

Além disso, quer as inspecções preparatórias, quer a intervenção propriamente dita, incidiram apenas na parte "seca" da construção. Nada se procurou saber sobre o estado da parte que está em contacto com a água nem sobre a natureza e os estados das fundações. Não se aproveitou para fazer um simples reconhecimento geotécnico, muito menos uma modelação estrutural do monumento. E, decorrendo a intervenção ao longo de cinco ou seis anos, tendo surgido preocupações de natureza estrutural, compreende-se mal que não tenham sido tomadas medidas para acompanhar o comportamento da Torre, através de um sistema de monitoragem.

A deficiência da intervenção em termos estruturais transparece, desde logo, no facto de, entre o elevado número de técnicos que a acompanharam, não ser mencionado um engenheiro de estruturas com currículo adequado.

II. Opções

Na execução propriamente dita da intervenção sobressaem algumas opções surpreendentes, que são claramente questionáveis:

Uso de resinas de epóxico: o uso des-

tes materiais na conservação de monumentos é, geralmente, encarado pelos especialistas com grande reserva. Trata-se de materiais sintéticos, descobertos há poucas décadas, pouco afins aos materiais pétreos originais e cuja estabilidade à escala temporal da Torre é desconhecida. Surpreende, portanto, o uso copioso que deles é feito, em aplicações irreversíveis.

Alteração da pátina: a remoção da pátina natural é desaconselhada pela maioria dos metodólogos da conservação. A limpeza profunda levada a cabo alterou substancialmente a percepção ou "leitura" do monumento e acabou por pôr a descoberto diferenças cromáticas importantes, resultantes dos diferentes tipos de pedra utilizada. Como recurso de última hora, achou-se por bem aplicar uma velatura baseada em cal. Resultado: o monumento acabou por ficar com um aspecto excessivamente uniforme e "novo demais".

Manutenção de argamassas de cimento portland: as argamassas preexistentes, de refechamento de juntas, baseadas no vulgar cimento portland, foram geralmente mantidas, fazendo-se apenas o seu rebaixamento e ocultação cosmética com argamassa de ligante baseado na cal. Sendo sabido que o cimento portland confere resistência exagerada às argamassas, o que tem, frequentemente, provocado danos na pedra dos monumentos, e que, associado à presença de água, origina facilmente eflorescências salinas e depósitos calcários, seria preferível ter-se aproveitado para as remover.

III. Gestão e garantia da qualidade

As intervenções de conservação do património arquitectónico envolvem uma elevada especificidade, pressupondo uma adequada consciencialização e formação dos vários intervenientes. Revestem-se, também, de uma grande complexidade, quer ao nível estratégico e metodológico, quer ao nível operacional e tecnológico. A especificidade e a complexidade desta área resultam, basicamente:

- a) De uma filosofia e métodos especializados de estudo, avaliação e intervenção, capazes de se adaptarem a cada monumento ou edifício histórico;
- b) De uma necessidade de trabalho em equipas multidisciplinares, envolvendo arquitectos, engenheiros, historiadores, conservadores-restauradores, químicos, mineralogistas...;
- c) Da necessidade de conhecimentos técnicos de materiais e sistemas construtivos tradicionais e contemporâneos.

Estas intervenções exigem, portanto, minúcia e rigor na definição dos objectivos, na concepção, na recolha de informação, no projecto, no planeamento, na execução, na fiscalização e na manutenção.

Neste tipo de intervenção os serviços são prestados, pelas empresas intervenientes, simultaneamente, a duas entidades: uma com personalidade jurídica, que é o Dono da Obra, e outra juridicamente impessoal, mas não menos importante, que é a Sociedade. Relativamente à primeira, Qualidade

significa fornecer serviços e produtos adequados ao fim em vista, de acordo com os requisitos, ao preço e no prazo acordados. Relativamente à segunda, significa respeitar, ao longo de toda a intervenção, os princípios universais da salvaguarda do património arquitectónico, assegurando a sua transmissão, sem desvalorização, às futuras gerações.

Sendo a concepção e a execução das intervenções de conservação do património arquitectónico actividades muito específicas, complexas e que envolvem grande responsabilidade perante a Sociedade, é muito difícil, se não impossível, levá-las a cabo em condições satisfatórias sem a adopção, por todos os agentes, de uma Política da Qualidade clara.

No que concerne às empresas executoras, a especificidade e a complexidade desta área traduz-se em que muitas das actividades nela desenvolvidas se podem considerar processos especiais, isto é, processos em que a verificação da conformidade do resultado é particularmente difícil. Estes processos devem ser objecto de um tratamento específico, para assegurar que os requisitos são cumpridos, e são executados exclusivamente por operadores qualificados, submetidos a procedimentos de certificação.

Os processos especiais devem encontrar-se exaustivamente documentados no SGQ da empresa, reportando-se tal documentação às instruções do processo, definindo o respectivo conteúdo, os cuidados a ter na sua execução, enumerando os pontos críticos e a forma de os tratar, os objectivos da certifi-

cação dos operadores, os manuais de aplicação e bibliografia técnica de suporte, os procedimentos de selecção e qualificação dos mesmos operadores, incluindo definição do período de estudo, a constituição das respectivas provas de avaliação, o método de avaliação da provas prestadas e, finalmente, a respectiva periodicidade.

A forma de garantir o eficiente desempenho e durabilidade das intervenções é a elaboração e implementação de Planos da Qualidade (PQ). O PQ é um dos requisitos essenciais do sistema de gestão da qualidade, tendo por objectivo definir claramente "como", "quando", "onde", "o quê" e "quem", no ciclo da prestação do serviço, e permitir a comprovação da conformidade das diferentes operações com os requisitos aplicáveis. Para tal, deve, entre outras coisas, localizar e descrever, no ciclo da prestação do serviço, os pontos de controlo, as acções de inspecção e ensaio (I&E) a efectuar pelo executante, de forma planeada e sistemática, incidindo sobre todas as fases do ciclo de realização. O PQ poderá, ainda, ter seguimento numa fase posterior, acompanhando a manutenção do monumento.

O estabelecimento e manutenção, pelas empresas intervenientes, de Sistemas de Gestão da Qualidade, de acordo com as normas NP EN ISO 9000, é um passo indispensável para se atingirem, de forma sustentada, na área da conservação e restauro do pa-



A Torre de Belém, após a intervenção de 1994-98. Pormenor.

trimónio arquitectónico, os objectivos de excelência que nela encontram total justificação. Tal não se verificou no caso da Torre de Belém. Se bem que tenha havido uma preocupação quanto à gestão da qualidade, do relatório final transparece que as exigências dessa gestão foram atendidas de forma avulsa e sem uma estrutura organizativa capaz de garantir o seu cumprimento.

IV. Conclusão

A intervenção de conservação da Torre de Belém deslumbra-nos pela variedade e erudição dos cientistas e técnicos que compuseram as várias equipas mobilizadas, pela multiplicidade de métodos laboratoriais empregues, pela profusão da farmacopeia dos muitos produtos utilizados, pelo vasto mostruário de técnicas de conservação e de micro-ferramentas a que se recorreu. Deslumbra-nos, também, pela maestria com que foi montada toda a operação: bom "fund raising", excelente visibilidade para os vários mecenas e

para o WMF, perfeita mobilização dos meios de informação. E a culminar todo o processo, a atribuição do prémio da Europa Nostra. Esse deslumbramento, não deve, no entanto, impedir-nos de ver as insuficiências, pois elas também encerram uma pedagogia. Um monumento é, ao mesmo tempo, um bem cultural e uma construção. As intervenções nele realizadas de-

vem atender, simultaneamente, a uma e outra destas vertentes. Enquanto bem cultural, essas intervenções devem respeitar os princípios da conservação. Enquanto construção, pressupõem conhecimentos técnicos profundos dos materiais, sistemas construtivos e comportamentos estruturais. Sendo os monumentos obra dos antigos mestres construtores, a realização das intervenções necessárias para a sua conservação e restauro não pode ser feita ao arpejo do saber dos seus sucessores, os construtores de hoje, desde que organizados em empresas devidamente estruturadas e para tal vocacionadas. A excelência na conservação do património arquitectónico - objectivo por que todos nos devemos bater - só é possível se conservadores e construtores trabalharem juntos. ■

* Presidente do GECORPA, Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico (www.gecorpa.pt)